



© Paula Fernandes - SCS

RELATÓRIO CONTÁBIL

Declaração do Contador
Demonstrações Contábeis
Notas Explicativas

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Exercício de 2021



APRESENTAÇÃO

A Coordenação de Contabilidade - CCONT compõe a estrutura do Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, na Pró-Reitoria de Planejamento. À CCONT compete:

- Atividades de orientação, análise e acompanhamento contábil das unidades gestoras da Universidade Federal Fluminense;
- Realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- Elaborar o Relatório Contábil (declaração do contador, demonstrações contábeis e notas explicativas) e cooperar na elaboração do Relatório de Gestão;
- Gerar informações gerenciais, em apoio ao processo de tomada de decisão.

Além disso, a CCONT exerce a competência de setorial de contabilidade da Universidade Federal Fluminense. O escopo deste Relatório leva em conta as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Financeiros e Balanço Orçamentário) consolidadas da Universidade Federal Fluminense.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

A Declaração Anual do Contador é o documento que evidencia se as demonstrações contábeis encerradas no exercício estão, em aspectos relevantes, de acordo com a Lei Federal 4320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual SIAFI.

A decisão de aplicação ou não de uma determinada inconsistência contábil é do contador responsável pelas demonstrações contábeis e é baseada em seu julgamento profissional que deverá ser pautado na aderência às normas contábeis, na materialidade e relevância, no conhecimento sobre o contexto operacional da instituição e sobre o ambiente de controle interno e riscos envolvidos.

A restrição contábil evidenciada não é uma ferramenta de punição aos gestores ou executores, mas tão somente servirá para alertar ao usuário das demonstrações sobre determinados itens inconsistentes que possam provocar interpretações equivocadas e poderá servir de guia para os gestores promoverem as mudanças de procedimentos e ajustes contábeis.

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR COM RESTRIÇÃO

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 da Autarquia Federal Universidade Federal Fluminense, Órgão 26236 do Ministério da Educação .

Reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Manual SIAFI.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021 estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

1 - Falta de atualização de Ativos Circulantes: Ausência de fluxo para registro de contratos que geram créditos a receber por prestação de serviços, além da falta de procedimento para a emissão de faturas e cobranças que possibilite os registros contábeis e o acompanhamento contratual. Para corrigir tal procedimento, está sendo finalizado o mapeamento do processo desse tipo de contratação para inclusão na tramitação eletrônica no SEI. - Restrição Contábil 604.

2 - Falta de avaliação e falta de reconhecimento de bens imóveis: O saldo desta conta apresenta descompasso entre a baixa da conta de obras em andamento e incorporação de imóveis, além das contas de Obras em Andamento, Estudos e Projetos e de Instalações que mantêm saldos alongados por diversos exercícios. – Restrição Contábil 634 e 776.

3 - Falta ou registro incompatível da depreciação: A base de cálculo para depreciação está utilizando somente os valores dos bens inventariados. De acordo com o último relatório da Comissão de Processamento de inventário, realizado em 2019, o levantamento alcançou o correspondente a 70,10% do montante de bens móveis de propriedade da UFF. Nos anos de 2020 e 2021 não foi possível realizar o inventário devido ao trabalho remoto imposto pelas medidas sanitárias de combate à pandemia da Covid19. – Restrição Contábil 642.

4 - Falta de Avaliação de bens móveis, imóveis, intangíveis e outros: Por ausência de norma e critérios internos o grupo “12400.00.00 – Intangíveis” só possui saldo na conta de Softwares de Vida Útil Indefinida. Um Grupo de Trabalho (GT) foi criado especificamente para tratar do assunto e, ao final do exercício, uma normatização interna foi criada e publicada. Durante as atividades do GT, outros intangíveis de outras naturezas foram identificados e precisarão, no que couber, ser classificados, mensurados, registrados e amortizados na contabilidade em suas respectivas contas. – Restrição 634.

5 - Divergência Arrecadação de receita x Conta de Controle: A conta apresenta somente os contratos de receitas que tramitaram pela Coordenação de Contabilidade para registro. Durante análise das receitas realizadas utilizando o SISGRU - Sistema de GRU, foram identificados diversos contratos que haviam sido firmados nos últimos anos, inclusive no período da pandemia do Covid 19, e estão em execução sem terem passado pelo registro contábil. Os contratos não registrados foram solicitados às respectivas áreas e começaram a chegar no DCF a partir de dezembro de 2021 para atualização dos registros de inclusão e baixas, no que couber. Informamos que o processo relativo a esse tipo de contrato foi homologado ainda em 2021, evitando assim, esse tipo de ocorrência para os contratos firmados após o processo estar no SEI.

Os detalhamentos das restrições acima estão descritos no Relatório de Inconsistência Contábil, que constituirá objeto de ciência às áreas envolvidas, a fim de que estas tomem as medidas necessárias ao seu saneamento. Independentemente da ciência formal da emissão deste relatório, algumas inconsistências já começaram a ser tratadas pelas áreas após constatação das ocorrências. As providências já iniciadas estão sendo monitoradas pela Setorial de Contabilidade para que nas próximas demonstrações contábeis estas inconsistências deixem de existir.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração

Wilson Vanderlei Costa Sousa
Contador Responsável - Órgão 26236
CRC – RJ 090246/O-5

BALANÇO PATRIMONIAL - BP

ATIVO	NE	2021	2020	PASSIVO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	156.511.403	162.706.025	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8	148.285.699	126.843.321
Créditos a Curto Prazo	2;3	19.681.579	19.497.021	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9	13.523.208	5.508.022
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo		319.619.926	424.108.406
Estoques	4	854.710	2.929.991			481.428.833	556.459.749
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		285.800	-
		177.047.691	185.133.037	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.794.731	4.024.840	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Créditos a Longo Prazo		3.794.731	4.024.840	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Dívida Ativa Não Tributária	5	5.974.289	6.827.725			285.800	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-2.179.558	-2.802.884	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos		-	-	Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Imobilizado	6	1.722.189.454	1.679.136.501	Reservas de Capital		-	-
Bens Móveis		328.489.467	326.032.631	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Bens Móveis		356.288.952	346.831.938	Reservas de Lucros		-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-27.799.485	-20.799.307	Demais Reservas		-	-
Bens Imóveis		1.393.699.987	1.353.103.869	Resultados Acumulados		1.428.951.261	1.319.467.153
Bens Imóveis		1.399.662.846	1.358.553.448	Resultado do Exercício		108.211.873	195.160.904
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-5.962.859	-5.449.579	Resultados de Exercícios Anteriores		1.319.467.153	882.191.310
Intangível	7	7.634.018	7.632.525	Ajustes de Exercícios Anteriores		1.272.235	242.114.940
Softwares		7.634.018	7.632.525	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
		1.733.618.203	1.690.793.865			1.428.951.261	1.319.467.153
TOTAL DO ATIVO		1.910.665.894	1.875.926.902	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.910.665.894	1.875.926.902

QUADRO DE COMPENSAÇÕES		
Atos Potenciais Ativos	2021	2020
Garantias e Contragarantias Recebidas	11.238.368	10.333.923
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	34.793.951	101.875.121
Direitos Contratuais	4.754.163	13.856.975
Outros Atos Potenciais Ativos	- -	
	50.786.483	126.066.019
Atos Potenciais Passivos	2021	2020
Garantias e Contragarantias Concedidas	- -	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	9.375.323	9.375.323
Obrigações Contratuais	472.146.309	486.158.433
Outros Atos Potenciais Passivos	- -	
	481.521.632	495.533.756

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-134.822.775
Recursos Vinculados	-14.454.815
Educação	-8.739.935
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-586.325
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-4.949.778
Outros Recursos Vinc. Fundos, Órgãos e Programas	-178.776
	-149.277.590

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	156.511.403	162.706.025
ATIVO PERMANENTE	1.754.154.491	1.713.220.877
	1.910.665.894	1.875.926.902
PASSIVO FINANCEIRO	305.788.993	297.895.034
PASSIVO PERMANENTE	322.090.833	417.042.066
	627.879.826	714.937.100
SALDO PATRIMONIAL	1.282.786.068	1.160.989.803

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2021	2020
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		21.189.092	21.070.960
Venda de Mercadorias		12.039	92.175
Vendas de Produtos		3.100	55.645
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		21.173.953	20.923.140
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.088	296
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		1.088	296
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas	10	2.702.293.792	2.718.624.566
Transferências Intragovernamentais		2.699.985.771	2.704.309.230
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.308.022	14.315.336
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	11	235.189.911	307.981.945
Reavaliação de Ativos		47.436.742	14.970.879
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		15.479.801	237.715.049
Ganhos com Desincorporação de Passivos		172.273.369	55.296.017
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	12	2.729.121	3.442.934
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		762.430	147.637
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.966.691	3.295.297
		2.961.403.005	3.051.120.701

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		2021	2020
Pessoal e Encargos		1.272.061.335	1.193.845.678
Remuneração a Pessoal		992.054.433	924.585.301
Encargos Patronais		233.608.458	222.874.944
Benefícios a Pessoal		45.615.230	45.860.694
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		783.214	524.738
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		859.067.805	888.182.765
Aposentadorias e Reformas		700.202.565	729.192.874
Pensões		148.069.577	147.445.023
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		10.795.663	11.544.868
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13	199.733.180	197.630.006
Uso de Material de Consumo		6.853.057	8.546.410
Serviços		185.366.665	181.162.161
Depreciação, Amortização e Exaustão		7.513.458	7.921.434
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	14	899.500	1.836.470
Juros e Encargos de Mora		135.156	1.358.562
Descontos Financeiros Concedidos		764.343	477.908
Transferências e Delegações Concedidas		387.851.615	392.443.457
Transferências Intragovernamentais		386.924.719	390.334.289
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		83.143	86.375
Transferências ao Exterior		-	5.000
Outras Transferências e Delegações Concedidas		843.753	2.017.793
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		86.109.419	143.969.294
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		2.416.007	28.544.354
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		1.097.915	160.600
Incorporação de Passivos		49.124.666	79.504.436
Desincorporação de Ativos		33.470.831	35.759.904
Tributárias		244.739	230.967
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		16.383	310
Contribuições		228.356	230.657
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		47.223.539	37.821.161
Incentivos		47.150.746	37.507.394
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		72.793	313.766
		2.853.191.131	2.855.959.797

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	108.211.873,05	195.160.903,75
----------------------------------	----------------	----------------

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	23.314.795	23.314.795	20.499.317	-2.815.478
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	3.158.180	3.158.180	2.091.649	-1.066.531
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3.158.180	3.158.180	2.091.649	-1.066.531
Receita Agropecuária	72.343	72.343	-	-72.343
Receita Industrial	60.844	60.844	3.100	-57.744
Receitas de Serviços	20.011.421	20.011.421	18.330.309	-1.681.112
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	20.011.421	20.011.421	18.330.309	-1.681.112
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	12.007	12.007	74.259	62.252
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	501	501
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	26.698	26.698
Demais Receitas Correntes	12.007	12.007	47.060	35.053
RECEITAS DE CAPITAL	871.255.248	871.255.248	-	-871.255.248
Operações de Crédito	871.255.248	871.255.248	-	-871.255.248
Operações de Crédito Internas	871.255.248	871.255.248	-	-871.255.248
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	894.570.043	894.570.043	20.499.317	-874.070.726
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	894.570.043	894.570.043	20.499.317	-874.070.726
DEFICIT			2.337.591.843	2.337.591.843
TOTAL	894.570.043	894.570.043	2.358.091.160	1.463.521.117
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	28.120.775	-	-28.120.775
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	28.120.775	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.296.475.637	2.304.960.776	2.316.298.345	2.253.356.603	2.095.485.725	-11.337.569
Pessoal e Encargos Sociais	2.059.805.784	2.079.741.400	2.058.400.618	2.058.134.074	1.918.079.164	21.340.782
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	236.669.853	225.219.376	257.897.727	195.222.530	177.406.561	-32.678.351
DESPESAS DE CAPITAL	22.419.237	42.054.873	41.792.815	1.135.179	1.040.770	262.058
Investimentos	22.419.237	42.054.873	41.792.815	1.135.179	1.040.770	262.058
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.318.894.874	2.347.015.649	2.358.091.160	2.254.491.782	2.096.526.495	-11.075.511
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.318.894.874	2.347.015.649	2.358.091.160	2.254.491.782	2.096.526.495	-11.075.511
TOTAL	2.318.894.874	2.347.015.649	2.358.091.160	2.254.491.782	2.096.526.495	-11.075.511

INGRESSOS	2021	2020	DISPÊNDIOS	2021	2020
Receitas Orçamentárias	20.499.317	22.083.878	Despesas Orçamentárias	2.358.091.160	2.384.510.728
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.506.481.551	812.115.430
Vinculadas	22.586.892	23.058.571	Vinculadas	851.609.609	1.572.395.298
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	19.942.464	26.792.649
Alienação de Bens e Direitos		9.047	Seguridade Social (Exceto Previdência)	491.487.719	518.679.747
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	22.586.892	23.049.524	Previdência Social (RPPS)	312.807.713	344.159.580
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-2.087.575	-974.694	Dívida Pública		635.442.073
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	27.371.713	47.321.248
Transferências Financeiras Recebidas	2.699.985.771	2.704.309.230	Transferências Financeiras Concedidas	386.917.750	390.334.289
Resultantes da Execução Orçamentária	2.517.781.985	2.580.986.587	Resultantes da Execução Orçamentária	289.299.987	332.626.219
Repasse Recebido	2.228.575.884	2.248.440.740	Repasse Concedido	93.139	24.389
Sub-repasse Recebido	289.206.101	332.545.846	Sub-repasse Concedido	289.206.101	332.545.846
Independentes da Execução Orçamentária	182.203.785	123.322.643	Repasse Devolvido	746	55.983
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	177.105.782	120.232.873	Independentes da Execução Orçamentária	97.617.763	57.708.070
Movimentação de Saldos Patrimoniais	5.098.003	3.089.770	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	94.844.844	55.577.019
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.772.919	2.131.051
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	265.395.462	272.167.401	Pagamentos Extraorçamentários	247.066.263	217.201.286
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	157.965.287	138.359.359	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	138.820.954	151.969.860
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	103.599.379	130.904.646	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	107.151.355	64.308.406
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.090.935	923.020	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.086.985	923.020
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.739.862	1.980.376	Outros Pagamentos Extraorçamentários	6.969	-
Arrecadação de Outra Unidade	2.739.862	1.980.376	Demais Pagamentos	6.969	
Saldo do Exercício Anterior	162.706.025	156.191.820	Saldo para o Exercício Seguinte	156.511.403	162.706.025
Caixa e Equivalentes de Caixa	162.706.025	156.191.820	Caixa e Equivalentes de Caixa	156.511.403	162.706.025
	3.148.586.576	3.154.752.329		3.148.586.576	3.154.752.329

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.821.909	31.183.379
INGRESSOS	2.724.315.884	2.729.296.504
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	2.091.649	2.569.369
Receita Agropecuária	-	66.189
Receita Industrial	3.100	55.645
Receita de Serviços	18.330.309	17.901.309
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	74.259	1.491.365
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.703.816.567	2.707.212.626
Ingressos Extraorçamentários	1.090.935	923.020
Transferências Financeiras Recebidas	2.699.985.771	2.704.309.230
Arrecadação de Outra Unidade	2.739.862	1.980.376
DESEMBOLSOS	-2.710.493.975	-2.698.113.124
Pessoal e Demais Despesas	-2.091.866.726	-2.086.664.562
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-230.615.545	-220.191.254
Intergovernamentais	-	-
Intragovernamentais	-230.532.402	-220.099.879
Outras Transferências Concedidas	-83.143	-91.375
Outros Desembolsos Operacionais	-388.011.704	-391.257.309
Dispêndios Extraorçamentários	-1.086.985	-923.020
Transferências Financeiras Concedidas	-386.917.750	-390.334.289
Demais Pagamentos	-6.969	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-20.016.532	-24.669.174
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-20.016.532	-24.669.174
Aquisição de Ativo Não Circulante	-19.864.159	-23.087.554
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-152.374	-1.581.620
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-6.194.623	6.514.205
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	162.706.025	156.191.820
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	156.511.403	162.706.025

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Universidade Federal Fluminense foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações contábeis consolidadas das unidades do órgão 26236 – Universidade Federal Fluminense, Autarquia integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Notas Explicativas.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Com base nas premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público e as normas brasileiras de contabilidade, foram adotados os seguintes critérios e políticas contábeis

Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem a conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber de curto prazo referentes, principalmente, a créditos não tributários e dívida ativa. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo relativos à dívida ativa e outros créditos com expectativa de recebimento superior a 12 meses. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Ajuste para perdas com créditos inscritos em dívida ativa

A UFF classifica os créditos inscritos em dívida ativa da seguinte forma: I) Devedor; II) Parcelamento; III) Exigibilidade Suspensa (Processo Judicial). Os créditos classificados como I e II estão registrados em contas de ativo, enquanto os créditos com exigibilidade suspensa estão evidenciados em contas de controle.

Utiliza-se para o cálculo do ajuste para perdas a classificação dos créditos por níveis de risco decorrentes da expectativa de recuperação, com base na Portaria 293/2017 do Ministério da Fazenda. Os créditos classificados como A ou B apresentam alta ou média perspectiva de recuperação e prazo inferior a 10 anos. O ajuste para perdas é calculado mediante a aplicação do percentual de 30% e 50% para créditos classificados nos níveis (Rating) A e B, respectivamente.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. Na UFF, compreendem os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

As informações da depreciação dos bens móveis da Universidade Federal Fluminense são apuradas pelo sistema desenvolvido internamente - SISAP (Sistema de Administração Patrimonial). O cálculo da depreciação contempla apenas os bens inventariados e cadastrados no SISAP. Atualmente, o sistema conta com uma base inventariada de cerca de 70% do total de bens móveis da universidade. Utiliza-se o método das cotas constantes, com base em tabela contida no manual SIAFI, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão, definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF.



Depreciação dos Bens Imóveis

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUNET.

O SPIUNET é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- II. Reavaliados, aqueles nos quais:
 - Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
 - Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
 - Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNET sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso. O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos, ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas ao Balanço Patrimonial

Indicadores do Balanço Patrimonial

No Balanço Patrimonial, o ativo é classificado em ativo financeiro e ativo permanente (não financeiro) conforme o art. 105 da Lei nº 4.320/1964:

§1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Em relação ao passivo, sua classificação em financeiro ou permanente obedece aos seguintes parágrafos do mesmo dispositivo/artigo:

§3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.

§4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Quociente de Situação Financeira

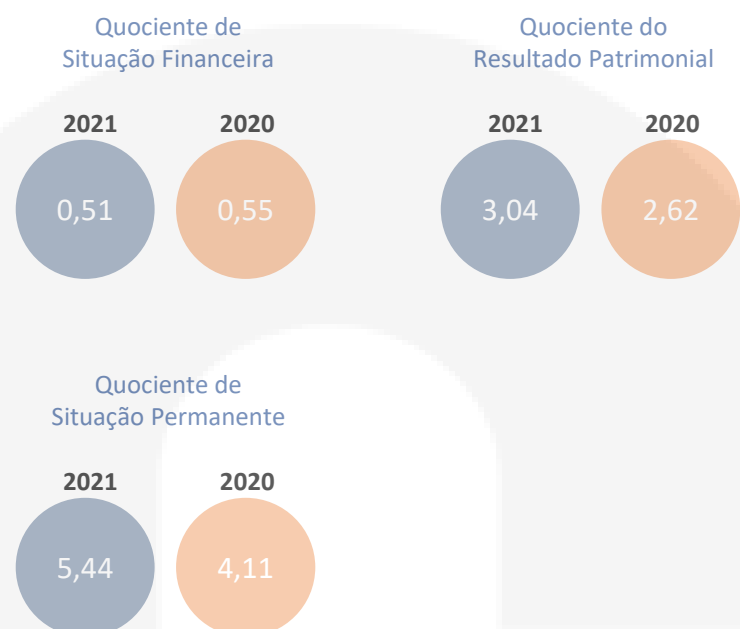
O Quociente de Situação Financeira, produto da divisão do total de ativo financeiro pelo total de passivo financeiro, apurado no exercício de 2021 resultou num índice de 0,51. Tal quociente verifica a existência ou não de superávit financeiro, atendendo à determinação legal inserida no §2º, do Art. 43 da Lei n. 4.320/64. Se o índice for superior a um haverá um excesso de recursos financeiros que poderá ser usado para abertura de créditos adicionais. O índice da UFF, entretanto, é inferior a um e demonstra que para cada R\$1,00 de obrigação existe R\$0,51 de disponibilidade financeira para sua quitação.

Quociente de Situação Permanente

Apura-se o Quociente de Situação Permanente através da divisão do Ativo Permanente pelo Passivo Permanente. O índice obtido indica a proporção do grau de endividamento frente à soma de bens e direitos realizáveis no longo prazo. O resultado observado na UFF, de 5,44, demonstra um endividamento inferior à soma do ativo permanente. Ou seja, para cada R\$1,00 de dívida consta no balanço o valor de R\$5,44 em bens e direitos de longo prazo.

Quociente de Resultado Patrimonial

O quociente de resultado patrimonial demonstra a relação da soma do ativo financeiro com o Ativo Permanente em confronto com a soma do passivo financeiro com o Passivo Permanente. Este resultado indica a existência de superávit Patrimonial, em que o total de bens, créditos e direitos realizáveis é superior aos compromissos exigíveis. A UFF apresentou um resultado positivo de 3,04.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa está composta por recursos aplicados na Conta Única, cauções recebidas em demais contas e recursos disponíveis destinados ao cumprimento de obrigações assumidas em função da execução do orçamento da universidade, além de transferências financeiras recebidas para desenvolvimento de estudos e projetos decorrentes de acordos e contratos firmados com outros Órgãos.

2. Créditos a Receber – Curto Prazo

Os créditos a receber são classificados como circulante quando estiverem disponíveis para realização imediata ou tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis

Créditos a Receber - Curto Prazo	dez/21	dez/20
Dívida Ativa Não Tributária - Curto Prazo	6.015,36	0,00
Salários e Ordenado - Pagamento antecipado	447.067,84	0,00
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	463.747,69	514.879,22
Créditos a Receber por Cessão de Áreas Públicas	233.915,20	11.341,68
Créditos a Receber por Acerto Financeiro	701.968,12	1.241.991,74
Créditos a Receber decorrente de Foha de Pagamento	18.596.804,40	18.550.797,58
Créditos Parcelados	62.886,98	123.307,88
	20.512.405,59	20.442.318,10
Ajuste para Perdas	(830.826,65)	(945.297,40)
	19.681.578,94	19.497.020,70



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Adiantamentos

Os adiantamentos para 13º e férias são registrados no decorrer do exercício em créditos a receber e representam antecipações de recursos que transitam pelo resultado em razão do regime de competência. Durante o exercício 2021 estes saldo foram apropriados e totalmente amortizados.

2.2. Créditos a Receber por Cessão de Pessoal

Os créditos a receber por Cessão de Pessoal decorrem do direito de restituição do pagamento de despesas de pessoal com servidores que se encontram em exercício em outros órgãos. O saldo observado na conta manteve-se dentro da normalidade, havendo uma pequena redução em relação a dezembro de 2020.

2.3. Créditos a Receber por Cessão de Áreas Públicas

Em razão da crise sanitária ocasionada pela pandemia do Novo Coronavírus, em que medidas de distanciamento social foram adotadas por todo o país no anos de 2020 e 2021. A Universidade Federal Fluminense passou a adotar o ensino à distância e prática de *home office* para jornada de trabalho dos servidores administrativos, seguindo neste modo até a aprovação do retorno seguro às atividades presenciais.

Este fato causou profundo impacto na atividade dos permissionários de uso de áreas públicas no desempenho dos serviços de fotocópias, papelaria e fornecimento de refeições. Com a ausência de faturamento por estes agentes, foi concedido desconto de 95% no aluguel destes espaços até o retorno da universidade à rotina de aulas presenciais.

Por outro lado, houve acréscimo no saldo da conta de créditos a receber decorrente da cessão de áreas públicas devido ao empreendimento de esforços da administração na organização dos referidos créditos e a contabilização adequada dos créditos a receber levando-se em consideração a competência do fato gerador destas receitas.

2.4. Créditos a Receber por acerto Financeiro

No exercício de 2021 foram desincorporados créditos oriundos de pós-óbito considerados irre recuperáveis devido à prescrição quinquenal e à dispensa de ingresso pela Procuradoria Federal com ações judiciais em demandas cujo valor de execução não supere R\$10 mil, conforme Portaria AGU n. 10 de 8 de junho de 2020. As referidas baixas resultaram numa redução de 43% dos referidos créditos a receber.

2.5. Créditos a Receber decorrentes de Folha de Pagamento

Este item representa os débitos apurados pela administração pública contra servidores beneficiários de pagamentos indevidos cuja devolução ao erário acontece por meio do desconto em folha de pagamento de pessoal. Esta característica garante a estes créditos alta perspectiva de recuperabilidade e inexigibilidade de registro de possíveis perdas futuras.

2.6. Créditos Parcelados

A variação negativa de 20% observada nos créditos parcelados ocorreu em razão do reconhecimento da irre recuperabilidade de créditos oriundos de permissão de uso parcelados e considerados não recebíveis. A irre recuperabilidade dos créditos foi atestada mediante consulta à Procuradoria Federal (Advocacia Geral da União - AGU) junto à Universidade Federal Fluminense.

2.7. Adiantamento de Salário

Esta conta se refere a salários antecipados cuja competência ao mês seguinte, quando ocorrerá o seu trânsito pelo resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3. Ajuste para perdas de Curto Prazo

O saldo de ajuste para perdas com créditos a receber de curto prazo apresentou redução em razão da efetivação de perdas com créditos inscritos como pós óbito e baixados por prescrição quinquenal e dispensa de cobrança jurídica de créditos com valor de execução inferior a R\$10 mil.

O ajuste para perdas referente à cessão de pessoal teve como metodologia de cálculo a média histórica de recebimento conferida nos últimos três exercícios.

4. Estoques

Os estoques compreendem ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem utilizados no processo de produção ou na prestação de serviços e mantidos para venda, distribuição ou uso no curso normal das operações. Os estoques são mensurados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

O estoque da Universidade Federal Fluminense é composto por: mercadorias para venda e revenda, representado por livros adquiridos e produzidos pela Editora Universitária da UFF (EDUFF) e comercializados em conformidade com o objetivo primordial da editora de divulgar e distribuir o conhecimento produzido na comunidade acadêmica; e materiais de consumo para uso na manutenção das atividades da universidade.

No exercício de 2021, foi realizado inventário físicos dos

livros em estoque da EDUFF e, em razão da existência de indicativo de que o valor dos livros em estoque possuíam valor realizável líquido inferior ao valor contábil, foi instituída comissão, através da Determinação de Serviço Eduff 01/2021 – 31 de março de 2021, para apuração do valor de mercado dos livros e análise de eventual desfazimento por obsolescência ou desgaste físico.

A comissão instaurada identificou que parte considerável do estoque da editora encontrava-se mensurado por valor superior ao realizável líquido e recomendou a redução do valor do estoque de R\$2.689.148,05 para R\$584.779,50.

Desta forma, foi realizado o ajuste do valor dos estoque da EDUFF, resultando com este procedimento numa variação negativa de 78% na referida conta.



5. Dívida Ativa Não Tributária

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A totalidade dos créditos registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo é composta pela dívida ativa não tributária. Estes créditos encontram-se em trânsito judicial e são ajustados contabilmente quando da emissão de decisão judicial que impacte a expectativa de recuperação do crédito.

Os créditos são ajustados com base em possível perda (Ajuste para Perdas Estimadas), utilizando o método de classificação de Riscos (Rating), orientado pela Portaria do Ministério da Fazenda 293 de 2017. Segundo a portaria os créditos devem ser classificados em diferentes níveis de risco, A a D, em razão da expectativa de recuperação.

Os créditos classificados como A e B, os mais prováveis, devem ter sobre o seu saldo o reconhecimento de um ajuste para perdas de 30% e 50%, respectivamente. Já os créditos classificados como C e D não devem estar contidos no ativo do órgão, pois não atendem aos requisitos para reconhecimento em função da baixa expectativa de fluidez de benefícios futuros. Desta forma, estes créditos são classificados como Ativos Contingentes e registrados em contas de controle.

Os créditos inscritos em dívida ativa parcelados não foram objeto do ajuste para perdas, tendo em vista o acordo de pagamento firmado entre as partes. Na hipótese de descumprimento do parcelamento, o saldo passa a dispor de condições para sofrer ajuste para perdas.

Considerando a necessidade de atendimento à macrofunção 021112 - Dívida Ativa da União, bem como às normas de contabilidade aplicadas ao setor público, foi realizada uma avaliação da situação dos créditos inscritos em dívida ativa registrados no SIAFI, para adequá-los às exigências legais referentes à transparência, eficiência e controle dos recursos públicos.

O levantamento da situação dos créditos inscritos em dívida ativa foi feito por meio de consulta à Procuradoria Federal e aos sítios eletrônicos de informações sobre o andamento dos processos da Justiça Federal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2021, a Universidade Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$1,7 bilhão relacionado ao imobilizado, subdividindo-se em Bens Móveis e Imóveis.

6.1. Bens móveis

Os Bens Móveis da Universidade Federal Fluminense em 31/12/2021 totalizavam R\$328,4 milhões, 1,07% superior ao saldo de encerramento do exercício anterior.

Bens Móveis - Composição	dez/21	dez/20
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	166.784.571	163.654.234
Bens de Informática	73.571.646	69.038.080
Móveis e Utensílios	46.958.073	45.980.087
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	42.129.235	41.723.459
Veículos	26.100.500	25.687.717
Demais Bens Móveis	744.927	748.361
Total Bruto	356.288.952	346.831.938
Depreciação / Amortização Acumulada	(27.799.485)	(20.799.307)
Total Líquido	328.489.467	326.032.631

Dentre os principais motivos responsáveis pela variação patrimonial observada no mobiliário da universidade, pode-se citar os seguintes:

- Desincorporação de bens móveis do Hospital Universitário Antônio Pedro – Unidade Gestora 153057, no valor de R\$ 1.265.054,57, Ofício SEI 108/2021/HUAP-UFF-EBSERH, tendo como base a inventário de bens móveis realizado, em que se verificou que um total de 3.462 itens não preenchiam os requisitos para reconhecimento como ativo imobilizado.
- Aquisição de Angiógrafo, no valor de R\$3.064.788,39, para uso no Hospital Universitário Antônio Pedro na análise em alta definição de problemas cardiovasculares e neurovasculares no atendimento à população, auxiliando no diagnóstico de doenças como infarto e acidente vascular cerebral – AVC.
- Aquisição de equipamentos de tecnologia, incluindo diversos computadores, no valor total de R\$ 3 milhões;
- Acréscimo de R\$7 milhões à conta de Depreciação acumulada de bens móveis, cujo saldo atinge o valor de R\$ 27,7 milhões.

Depreciação Acumulada por Unidade Gestora (2021)

150123	COORD. DE PROJ. C/A FUND. DE APOIO	20.612
150182	PRO-REITORIA DE ADMINISTRACAO/UFF	1.361.624
153001	SUBCOORD.DA UNID.AVANC.J.VERISSIMO	348
153056	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	24.728.849
153058	PRO-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS	320.127
153248	PRO-REIT.DE PESQ.E POS-GRAD. E INOVACAO	455.798
153984	PRO-REITORIA DE GRADUACAO	912.128
		27.799.485



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Bens Imóveis

A universidade Federal Fluminense apresentou, no fim do no exercício do exercício de 2021, um total de bens imóveis no valor de R\$ 1,393 bilhões. Os Bens de Uso Especial correspondem a 84% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da universidade, perfazendo o montante de R\$ 1,187 bilhão.

Bens Imóveis - Composição	dez/21	dez/20
Bens de Uso Especial	1.187.169.623	1.128.249.427
Bens Imóveis em Andamento	212.333.375	230.004.173
Instalações	159.848	299.848
Valor Contábil Bruto	1.399.662.846	1.358.553.448
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(5.962.859)	(5.449.579)
Valor Contábil Líquido	1.393.699.987	1.353.103.869

Os bens de Uso especial apresentaram variação de 5,22% em comparação com o fim do exercício de 2020, em razão das seguintes variações:

Reavaliações - 2021						
Endereço	Nomenclatura do imóvel	RIP Utilização	Composição	Valor Contábil	Valor Reavaliado	Reavaliação
Rua Jornalista Alberto Francisco Torres, nº 161, Praia de Icaraí, Icaraí, Niterói-RJ	Cine Icaraí	5865 00192.500-0	Terreno	2.980.026,00	4.008.876,69	1.028.850,69
			Construção	3.546.282,49	2.230.426,03 -	1.315.856,46
				6.526.308,49	6.239.302,72 -	287.005,77
Rua Marques do Paraná, nº 303, Centro, Niterói-RJ	Hospital Universitário Antônio Pedro, Centro de Ciências Médicas E Faculdade de Medicina - Prédio Principal	5865 00019.500-9	Terreno	6.348.368,00	29.295.979,78	22.947.611,78
			Construção	45.530.424,65	70.019.551,38	24.489.126,73
				51.878.792,65	99.315.531,16	47.436.738,51

- Reavaliação de bem imóvel referente ao Prédio Principal do HUAP (5865000195009) no valor total de R\$47.436.741,56, Processo 23069.160237/2021-92.
- baseada em cálculo técnico de avaliação imobiliária a valor justo de mercado no nível rigoroso de 6 meses, conforme determinado pela IN conjunta SPU e STN 703 de 2014;
- Desvalorização de bem imóvel, Cinema Icaraí (5865001925000), no valor total de R\$287.005,77.

As reavaliações foram realizada tendo como base cálculo técnico de avaliação imobiliária a valor justo de mercado no nível rigoroso de 6 meses, realizado pela Coordenação de Administração Patrimonial – CAP/SAEP, conforme determinado pela IN conjunta SPU e STN 703 de 2014.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.2.1. Obras em Andamento

A conta de Obras em andamento apresentou decréscimo em relação ao término do exercício anterior em razão da baixa contábil das seguintes obras, após recebimento de termo de aceite definitivo indicando a conclusão da construção:

Mês	Desincorporação Obras em Andamento	Valor R\$
MAI/2021	BAIXA DE OBRA DE CONSTRUCAO DO 2º PAVIMENTO E AMPLIACAO DO PREDIO DA ESCOLA DE SERVICO SOCIAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, CONTRATO 03/2010, DA CONTA DE OBRAS EM ANDAMENTO DEVIDO AO SEU TERMINO E POSTERIOR INCLUSAO NO SPIUNET, BENS DE USO ESPECIAL. CUSTO DA OBRA: R\$3.073.791,99.	(3.073.791,99)
MAI/2021	BAIXA DE OBRA DE CONSTRUCAO DE PREDIO PARA A FACULDADE DE VETERINARIA, LOCALIZADA EM NITEROI-RJ, CONTRATO 64/10, DA CONTA DE OBRAS EM ANDAMENTO DEVIDO AO SEU TERMINO, APOS LAVRATURA DO TERMO DE ACEITE DEFINITIVO, E POSTERIOR INCLUSAO NO SPIUNET, BENS DE USO ESPECIAL. CUSTO DA OBRA: R\$7.123.400,30. FORNECEDOR: MONTALVAO SIQUEIRA CONSTRUcoes LTDA.	(7.123.400,30)
MAI/2021	BAIXA DE OBRA DE CONSTRUCAO DE MORADIA ESTUDANTIL NO POLO UNIVERSITARIO DE RIO DAS OSTRAS, CONTRATO 09/08, DA CONTA DE OBRAS EM ANDAMENTO DEVIDO AO SEU TERMINO.	(535.328,84)
JUN/2021	BAIXA DE OBRA DE CONSTRUCAO DO COBERTURA DE DUAS QUADRAS ESPORTIVAS NO CAMPUS DO GRAGOATA, CONTRATO 07/2009, DA CONTA DE OBRAS EM ANDAMENTO DEVIDO AO SEU TERMINO E POSTERIOR INCLUSAO OU REAVALIACAO NO SPIUNET, BENS DE USO ESPECIAL.	(269.850,45)
DEZ/2021	BAIXA DA CTA. OBRAS EM ANDAMENTO TENDO EM VISTA A EFETIVA CONCLUSAO DA REFORMA DA MATERNIDADE, CENTRO OBSTETRICO E UTI NEONATAL DO HUAP - CONTRATO Nº 21/2014 - GARCIA ENGENHARIA LTDA., CONFORME TERMO DE ACEITE DEFINITIVO AS FLS. 2973,2974 E 2975 DO PROCESSO 23069.078700/2012-62	(1.500.000,00)
DEZ/2021	BAIXA DA CTA. OBRAS EM ANDAMENTO TENDO EM VISTA A EFETIVA CONCLUSAO DA REFORMA E AMPLIACAO DO COMPLEXO AMBULATORIAL DO HUAP - CONTRATO Nº 01/2014 - JF BRITO ENGENHARIA LTDA., CONFORME TERMO DE ACEITE DEFINITIVO AS FLS. 3218 DO PROCESSO 23069.077911/2013-69.	(14.044.943,53)
DEZ/2021	BAIXA DA CTA. OBRAS EM ANDAMENTO TENDO EM VISTA A EFETIVA CONCLUSAO DA CONSTRUCAO DA UNIDADE INTERMEDIARIA DE INTERNACAO-UI E ADEQUACAO DO CENTRO DE TRATAMENTO INTENSIVO-CTI DO HUAP - CONTRATO Nº 20/2017 - JF BRITO ENGENHARIA LTDA., CONFORME TERMO DE ACEITE DEFINITIVO AS FLS. 1619 DO PROCESSO 23069.078887/2017-17.	(1.696.054,02)
Total		(28.243.369,13)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva quando incorridos.

Ativos intangíveis obtidos a título gratuito foram avaliados ao valor de mercado, tendo em vista refletir melhor e de forma mais segura o valor do ativo. Em 31/12/2021, a Universidade Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 7,6 milhões relacionados ao intangível, classificado em sua totalidade como de vida útil indefinida.

A UFF encontra-se em fase de reorganização das rotinas referentes à aquisição e desenvolvimento de ativos intangíveis, objetivando a criação de um controle patrimonial mais eficiente e capaz de produzir informações que reproduzam com fidedignidade a realidade patrimonial do órgão. Embora em fase de aperfeiçoamento, o controle patrimonial desta Universidade é ainda insuficiente para gerar informações seguras e confiáveis para a determinação da vida útil dos ativos intangíveis, e posterior contabilização da amortização. Sendo assim, classificamos todos os ativos intangíveis como de vida útil indefinida, até podermos determinar com confiança o seu tempo de utilidade.

No exercício de 2021, foi criada uma comissão de Bens Intangíveis, através da Portaria 68.272/2021, com o objetivo de estruturar as normas e procedimentos relativos a mensuração e classificação da vida útil dos ativos intangíveis e mapeamento do processo de registros de marcas e patentes junto ao INPI.

Consumo de Bens - Redução	2021	2020	Variação
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS E OUTROS	22.616.503,29	25.560.397,14	-11,52%
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	16.747.377,82	28.350.070,88	-40,93%
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	4.424.744,50	4.791.915,49	-7,66%
SERV.TRANSF.,PASSAGEM,LOCOMOCAO E HOSPED.	660.423,92	1.675.606,01	-60,59%
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	381.483,61	2.460.771,03	-84,50%
CONSUMO DE MATERIAL HOSPITALAR	341.347,22	1.397.090,38	-75,57%

8. Obrigações trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O saldo das obrigações a pagar com passivos trabalhistas, previdenciários e assistenciais apresentou uma representativa variação em relação ao saldo de encerramento do exercício de 2020. Tal fato se deve ao aumento em 2021 das despesas decorrentes de Sentenças Judiciais relativas a pessoal, atingindo o montante no ano de R\$28,5 milhões. No exercício de 2020, foi liquidado sob a mesma nomenclatura o valor total de R\$21,1 milhões. Desse modo, frente à elevação da despesa observou-se também aumento do ciclo de pagamento da obrigação.

9. Fornecedores e contas a pagar

Houve no exercício de 2021 uma considerável elevação do passivo fornecedores e contas a Pagar. Tal fato, entretanto, não indica um aumento de despesas no período, tendo em vista que as despesas com consumo de serviços apresentam redução em comparação com o mesmo período do exercício anterior.

O que se observa, neste caso, é o aumento do lapso temporal no ciclo de pagamento das despesas de custeio da universidade, ou seja, um intervalo maior entre o fato gerador e o efetivo pagamento. Isto se deve, sobretudo, à gestão adotada pelo Ministério da Economia no que se refere ao repasse de recursos aos órgãos da Administração Pública Federal.

No exercício de 2021, as despesas com consumo de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Serviços Técnicos Profissionais, Passagem e Locomoção, fornecimento de alimentos e material hospitalar apresentaram decréscimo em relação ao exercício anterior.

Entretanto, serviços de apoio administrativo e operacional, locação e arrendamento mercantil, conservação e manutenção de infraestrutura e sentenças judiciais apresentaram elevação frente exercício passado.

Consumo de Bens - Aumento	2021	2020	Variação
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	112.051.193,06	108.308.593,19	3,46%
SERV. DE APOIO ADM., TECNICO E OPERACIONAL-PF	2.220.006,37	427.994,91	418,70%
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAI	4.613.569,08	2.555.053,77	80,57%
CONSERVACAO/MANUTENCAO ATIVOS INFRAESTRUTUF	8.586.842,47	1.272.956,68	574,56%
SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS - PJ	15.428.507,64	9.265.400,44	66,52%

Notas à Demonstração das Variações Patrimoniais

10. Transferências e delegações Recebidas

A UFF recebeu no exercício de 2021 o total de R\$2,228 bilhões em repasse de outros órgãos, principalmente do Tesouro Nacional, para execução de suas atividades finalísticas de Ensino, Pesquisa extensão, além do desenvolvimento de projetos. No mesmo período de 2020, a universidade recebeu na mesma modalidade o valor de R\$2,248 bilhões, indicando uma redução de repasses.

Houve também transferências financeiras (R\$ 289 milhões) entre as Unidades Gestoras pertencentes à UFF para pagamento de despesas por elas executadas. Além disso, o Tesouro Nacional transferiu à UFF o saldo de R\$177 milhões destinados ao pagamento de Restos a Pagar.

11. Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

No exercício de 2021, a UFF realizou a reavaliação de ativo descrita na Nota 6.1. Bens Imóveis no valor R\$ 47 milhões, o que evidenciou uma variação positiva em confronto com o exercício de 2020.

A grande variação observada nas incorporações de ativos se deve ao fato de no exercício de 2020 ter sido realizado desmembramento de um imóvel em variados RIPS. Tal fato provocou um grande impacto na demonstração das Variações Patrimoniais daquele exercício.

A desincorporação de passivos ocorre quando o órgão público presta contas do recursos financeiros recebidos para execução de determinado objeto e estas contas são aprovadas. O aumento da desincorporação de passivos indica que a UFF tem prestado contas das transferências recebidas de outros órgãos para execução de projetos e tem tido suas contas aprovadas.

12. Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

As demais variações verificadas no período referem-se à reversão do ajuste para perdas com créditos pós óbito devido a sua efetivação e restituições ao erário decorrentes de folha de pagamento e servidor cedido.

Notas à Demonstração das Variações Patrimoniais

13. Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo

No exercício de 2021, as despesas com consumo de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Serviços Técnicos Profissionais, Passagem e Locomoção, fornecimento de alimentos e material hospitalar apresentaram decréscimo em relação ao exercício anterior.

Entretanto, serviços de apoio administrativo e operacional, locação e arrendamento mercantil, conservação e manutenção de infraestrutura e sentenças judiciais apresentaram elevação frente exercício passado.

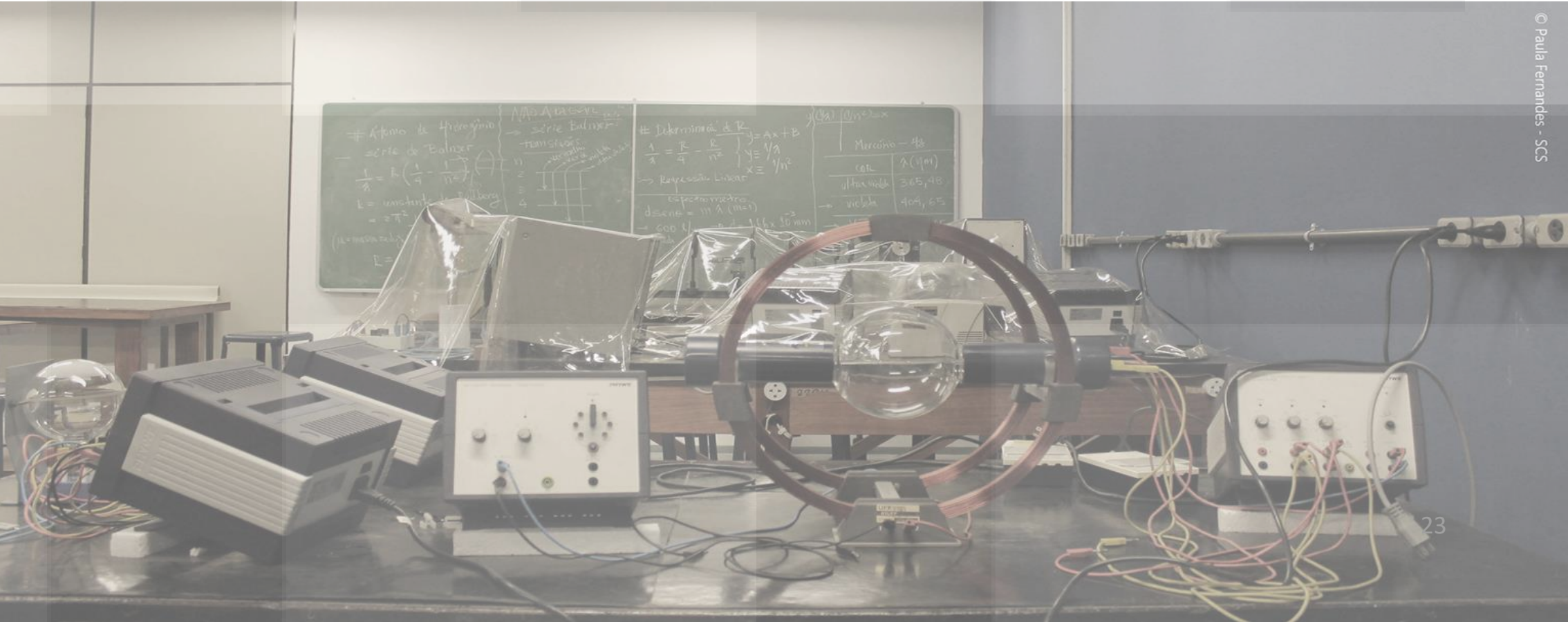
Consumo de Bens - Redução	2021	2020	Variação
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS E OUTROS	22.616.503,29	25.560.397,14	-11,52%
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	16.747.377,82	28.350.070,88	-40,93%
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	4.424.744,50	4.791.915,49	-7,66%
SERV.TRANSF.,PASSAGEM,LOCOMOCAO E HOSPED.	660.423,92	1.675.606,01	-60,59%
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	381.483,61	2.460.771,03	-84,50%
CONSUMO DE MATERIAL HOSPITALAR	341.347,22	1.397.090,38	-75,57%

Consumo de Bens - Aumento	2021	2020	Variação
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	112.051.193,06	108.308.593,19	3,46%
SERV. DE APOIO ADM., TECNICO E OPERACIONAL-PF	2.220.006,37	427.994,91	418,70%
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAI	4.613.569,08	2.555.053,77	80,57%
CONSERVACAO/MANUTENCAO ATIVOS INFRAESTRUTUF	8.586.842,47	1.272.956,68	574,56%
SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS - PJ	15.428.507,64	9.265.400,44	66,52%

14. Variações Diminutivas Financeiras

No exercício de 2021, a Universidade Federal Fluminense reduziu 92% o pagamento de juros e mora. Tal fato gerou uma economia de R\$1,2 milhões de reais por meio da otimização da sua gestão de recursos financeiros para quitação de passivos dentro do vencimento das faturas.

Por outro lado, houve um acréscimo dos descontos financeiros concedidos em razão da manutenção do desconto concedido aos permissionários por conta da crise sanitária relacionada à COVID 19.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas à Demonstração das Variações Patrimoniais

15. Resultado Patrimonial

O resultado Patrimonial apurado pela Universidade Federal Fluminense no período foi positivo de **R\$108,2 milhões**. Entretanto, inferior ao resultado apurado no exercício anterior (R\$ 195,1 milhões). Dentre as variações positivas que compuseram o resultado patrimonial do exercício destacam-se:

- a) Aumento da reavaliação de ativos (**R\$ 32 milhões**);
- b) Redução de **R\$11 milhões** no consumo de bens e serviços;
- c) Diminuição da incorporação de passivo e da desincorporação de ativos, resultando numa diferença de **R\$33,3 milhões** em comparação com 2020;
- d) Decréscimo de **R\$26,1 milhões** em desvalorização de ativos;

Por outro lado, com destaque nas variações patrimoniais apresentadas, sobressaem as seguintes:

- a) Redução de **R\$16,3 milhões** das transferências recebidas;
- b) Elevação das despesas com remuneração a pessoal (**R\$67,4 milhões**);
- c) Ganho com incorporação de ativos em patamar 94% inferior ao apresentado em 2020 (**-R\$ 222 milhões**);
- d) Aumento do pagamento de incentivos em **R\$9,6 milhões**;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas ao Balanço Orçamentário

16. Resultado Orçamentário

A Universidade Federal Fluminense apurou no exercício de 2021 uma arrecadação de R\$ 20,4 milhões. A receita prevista para o exercício é de R\$ 23,3 milhões. Ou seja, a universidade arrecadou R\$2,8 milhões a menos do que o esperado, resultando numa insuficiência de arrecadação.

No exercício, foram empenhadas R\$2,358 bilhões em despesas orçamentária. Entretanto, este montante supera as despesas fixadas devido à execução pela UFF de recursos orçamentários transferidos de outros órgãos e não contemplados no computo das despesas fixadas.

As Despesas Correntes foram responsáveis por 99% do total de Despesas Empenhadas, devido ao forte impacto das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais no quadro de despesas da UFF, representando 80% das despesas empenhadas. As despesas com Pessoal e Encargos foram cobertas exclusivamente por recursos oriundos do Tesouro Nacional.

A origem de recursos para a manutenção das atividades das universidades e institutos federais advém da Governo Federal, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Desta forma, as universidades públicas federais e institutos de educação em geral apresentam resultado orçamentário deficitário, pois sua atividade se pauta no fornecimento de ensino gratuito e de qualidade, além de promover pesquisas e estudos capazes de contribuir com o desenvolvimento social e científico do país. A Universidade Federal Fluminense apresentou, no exercício, Resultado Orçamentário Deficitário no montante de R\$2,337 bilhões.

17. Demonstrativo de Restos a Pagar

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	11.754.054	96.882.168	88.447.850	88.216.465	6.892.225	13.527.532
Pessoal e Encargos Sociais	189.562	234.562	230.237	230.237	117.833	76.054
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	11.564.492	96.647.606	88.217.613	87.986.228	6.774.393	13.451.478
DESPESAS DE CAPITAL	15.818.652	34.022.477	19.794.143	18.934.890	777.318	30.128.921
Investimentos	15.818.652	34.022.477	19.794.143	18.934.890	777.318	30.128.921
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
	27.572.705	130.904.646	108.241.993	107.151.355	7.669.543	43.656.453

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	348.767,35	138.847.012,54	138.780.081,33	32.804,84	382.893,72
Pessoal e Encargos Sociais	-	127.685.380,36	127.685.380,36	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	348.767,35	11.161.632,18	11.094.700,97	32.804,84	382.893,72
DESPESAS DE CAPITAL	83.452,42	40.872,19	40.872,19	-	83.452,42
Investimentos	83.452,42	40.872,19	40.872,19	-	83.452,42
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
	432.219,77	138.887.884,73	138.820.953,52	32.804,84	466.346,14

Notas ao Balanço Financeiro

18. Resultado Financeiro

A Universidade Federal Fluminense apresentou exercício de 2021 um resultado financeiro negativo de R\$ 6,194 milhões, ou seja, um déficit financeiro. O resultado apresentado é inferior ao resultado financeiro de positivo de R\$6,514 milhões em 2020. Ao analisar a composição das movimentações financeiras pode-se destacar que no exercício de 2021 foram pagos R\$107 milhões em Restos a Pagar não processados, classificados como Pagamentos Extraorçamentários, montante superior em R\$42 milhões ao apurado em 2020. Observa-se, também, uma redução dos ingressos extraorçamentários relativos à inscrição de Restos a Pagar não Processados.

Resultado Financeiro	2021	2020
Receitas Orçamentárias	20.499.317	22.083.878
Transferências Financeiras Recebidas	2.699.985.771	2.704.309.230
Recebimentos Extraorçamentários	265.395.462	272.167.401
(-) Despesas Orçamentárias	2.358.091.160	2.384.510.728
(-) Transferências Financeiras Concedidas	386.917.750	390.334.289
(-) Pagamentos Extraorçamentários	247.066.263	217.201.286
	- 6.194.623	6.514.206

Notas à Demonstração do Fluxo de Caixa

19. Fluxo de Caixa

O fluxo das atividades operacionais apresentaram déficit no período. Destaca-se redução tanto dos ingressos de recursos quanto dos desembolsos. As atividade de investimento também apresentaram redução em comparação com o mesmo período de 2020. As atividades de financiamento não apresentaram movimentações.

Destacam-se dentre os fluxos operacionais aumento do desembolso com pagamento de pessoal e transferências concedidas.

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO CONTÁBIL

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E
FINANÇAS – DCF

Luis Felipe da Costa Santos

COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E
FINANÇAS – CCONT

Wilson Vanderlei Costa Sousa

DIVISÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL – DAC
Rafael Lines Lessa